



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3^a Sessão Legislativa
da 11^a Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 2 DE MARÇO DE 2005

N.º 3395

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2ª Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão

BPM - Elson Santiago

BSC - José Luis

PL - Hélio Lopes

PMDB - Antônia Sales

PSDB - Luiz Gonzaga

PFL - José Vieira

PP - José Bestene

PDT- Luiz Calixto

PSC - Nogueira Lima

PPS - Tarcísio Medeiros

PTB - Roberto Filho

Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe.

Valmir Figueiredo, Ronald Polanco e
Taumaturgo Lima.

BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago,
Moisés Diniz e Sérgio Oliveira.

BSC - Delorgem Campos, Francisco Viga e
José Luís.

PL - Hélio Lopes e Dinha Carvalho.

PMDB - Antônia Sales e Chagas Romão.

PSDB - Luiz Gonzaga e Helder Paiva.

PFL - José Vieira.

PP - José Bestene.

PDT- Luiz Calixto.

PTB - Roberto Filho.

PSC - Nogueira Lima.

PPS - Tarcísio Medeiros.

Atos do Primeiro Secretário

PORTARIA N. 34 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 174/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria do Socorro Nogueira da Silva**, Técnico em Contabilidade, CL. "B", CÓD. PI-NM-310, Ref. 31, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembléia, **trinta dias de Licença para Tratamento de Saúde**, a contar de **4/1/2005 a 2/2/2005**, nos termos do art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 10 de fevereiro 2005.


Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário


Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

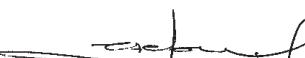
PORTARIA N. 35 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, concede 120 dias de Licença à servidora **ROCILENE DE SOUZA CORDEIRO**, no período de **5.1.2005 a 4.5.2005**, de conformidade com o inciso XVIII, do art. 7º, da Constituição Brasileira, § 2º, do art. 30, da Constituição Estadual e art. 112, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 14 de fevereiro de 2005.


Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário


Carlos Augusto Coelho de Farias
 Secretário Executivo

6ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 2 de março de 2005

Presidência: Deputados **SÉRGIO OLIVEIRA, HELDER PAIVA e DINHA CARVALHO**

Secretaria: Deputado **TAUMATURGO LIMA**

PRESENTES: Deputados NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO, TAUMATURGO LIMA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; DINHA CARVALHO do PL; LUIZ CALIXTO do PDT; ROBERTO FILHO do PTB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

AUSENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO do PT; ANTONIA SALES do PMDB; HÉLIO LOPES do PL.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Projeto de Lei N. 3/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado José Bestene, o qual “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilustríssimo Senhor José Rosa Paulino”;

Moção de Aplauso N. 2/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Taumaturgo Lima, apresentando Moção de Aplauso ao Partido dos Trabalhadores, PT, pelos 25 anos de existência no cenário político nacional;

Indicação N. 8/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, solicitando ao Tribunal Regional Eleitoral, a instalação de Urnas Eletrônicas nas comunidades abaixo indicadas: 1 – Rio Tarauacá: a) aldeia Indígena Praia do Carapanã – atenderá a comunidade indígena e os ribeirinhos dos seringais circunvizinhos; b) Boca do Joaci – atenderá os moradores do rio Joaci e demais seringais da região; 2 – Rio Murú: a) Capela – atenderá os moradores do seringal Vitória e adjacências; b) Aldeia Indígena Cauchó – atenderá a comunidade indígena e os ribeirinhos da vizinhança;

Indicação N. 9/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, solicitando a Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública, no sentido de conceder à Secretaria de Segurança do município de Jordão os seguintes itens: a) Uma motocicleta e duas bicicletas para o Quartel da Polícia Militar; Um computador e uma impressora para a Delegacia de Polícia; c) Ampliação do contingente da Polícia Militar.

Pequeno Expediente

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, quero avisar à Mesa Diretora que amanhã eu não poderei vir à Sessão, porque na cidade do Polanco eu irei participar de um Seminário da Undime, nos dias 2,3 e 4, ocasião em que representarei a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa. Vou aproveitar a oportunidade para comer um massaque, muito gostoso lá na casa da mãe do Deputado Polanco. O massaque é uma comida boliviana feita de banana ou macaxeira amassada, que é uma delícia.

Eu gostaria de pedir à Mesa Diretora que atentasse na questão dos prazos que o Governador tem, para sancionar ou vetar as leis, aprovadas nesta Casa Legislativa. Há uma lei que foi votada e aprovada por unanimidade, assegurando aos professores que já têm o tempo de serviço para se aposentar, mas que ainda não têm idade, para que saiam da sala de aula e fiquem em outro departamento da escola, acontece que até o presente momento o Governador ainda não sancionou ou vetou a matéria. Essa lei é de suma importância, haja vista que para uma pessoa que já trabalhou 25 anos como professor que tem entre 42 e 43 anos de idade é impossível esperar a idade para se aposentar em sala de aula.

Ontem aconteceu uma coisa triste, uma professora com 29 anos de sala de aula e 43 anos de idade, saiu da sala de aula num pranto de choro, porque não tem mais condição de atuar em classe. É diferente hoje de como era antigamente. Hoje, as crianças têm mais espaço e conseguem brincar mais, então é difícil uma pessoa agüentar todo esse tempo em sala de aula.

Eu gostaria que a Mesa Diretora ficasse atenta a questão dos prazos governamentais e pedisse à Assessoria da Casa que acompanhasse os prazos legais de sansão ou de voto, para que possamos tomar as providências cabíveis.

Senhor Presidente, V. Exa. estava a serviço da Assembléia Legislativa quando foi inaugurado o Programa Luz Para Todos no ramal Santa Maria. Quero dizer que mesmo V. Exa. tendo propriedade naquele ramal, sequer seu nome foi citado, muito menos o meu, que fiz todo o levantamento. Não é que o Governador tenha essa sensibilidade, que a gente sabe que ele não tem, de falar nos nomes das pessoas. Mas não tem problema, o importante é que conseguimos energia para aquele local. E, agora, na casa do Senhor Martins e do Senhor Guiomard tem energia.

Eu não pude ir, porque meu carro não entrava no ramal. Ainda liguei para o Deputado Sérgio Oliveira e outras pessoas para me ajudarem, mas infelizmente não consegui.

A falta de sensibilidade do Governador, nós conhecemos muito bem, mas não tem problema, porque já somos acostumados com o jeito dele de Santa Trindade do Altíssimo. Agora, de não tocar no nome do Deputado Sérgio Oliveira e no meu, eu achei uma falta de delicadeza muito grande, porque na verdade, o Deputado Sérgio Oliveira sempre se envolveu na concretização desse Programa. Até porque tem propriedade lá e é extremamente conhecido, mesmo assim, o Governo desviou da sua propriedade a energia, deixando sua casa as escuras. Mas isso não é a questão e sim a falta de delicadeza, em sequer citar o nome do Deputado no ato da inauguração. Porque, na verdade, o Deputado Sérgio Oliveira foi uma pessoa que sempre se envolveu ali no ramal Santa Maria. Tem propriedade lá e é extremamente conhecido. Mesmo que o Governo tenha desviado a energia elétrica da sua propriedade e deixando a sua às escuras, não tem problema. Inclusive, quanto àquela parte da reserva que não foi contemplada, vamos lutar para que o sonho também se concretize lá e possamos fazer inauguração com as pessoas que gostamos.

O Governador para ser um líder, como ele gostaria, com repercussão internacional, ele tem que abraçar as águas turvas, as águas limpas, as águas calmas e as revoltas, abraçar tudo. Eu só acho que pela falta de sensibilidade ele perde muito para ser um grande líder. Mas não tem problema, depois quando o ramal Santa Maria oferecer melhor trafegabilidade, iremos visitar àquela comunidade.

(Sem revisão do orador)

Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)** - Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho a esta tribuna, no dia de hoje, para compartilhar com os Senhores Parlamentares uma preocupação que tem me chamado bastante atenção nos últimos dias. Eu estou me referindo a falta de aterro sanitário em grande parte dos municípios do nosso Estado, incluindo aqui na nossa capital. Todos nós sabemos que diariamente, em Rio Branco, é feita uma coleta de lixo muito grande e se não for dado um tratamento adequado para este lixo, isso trará muito prejuízo à saúde das pessoas. E pelo o que eu fui informado, através da Imprensa, desde a administração passada, o lixo que é recolhido não vem, como disse, recebendo o tratamento que deveria, pois continuam fazendo apenas o sistema do lixão, causando com isso doenças gravíssimas à população do nosso município. E como tenho muito conhecimento nessa área, estou pedindo ao IMAC que nos informe a situação de cada um dos Municípios do nosso Estado, em relação ao destino final do lixo.

Em algumas metrópoles do nosso País já existe um sistema mais moderno de tratamento do lixo. Gostaria, inclusive, de citar aqui um acontecimento bem recente que foi acompanhado por todos, através dos meios de comunicação, que aconteceu no Município de Manuel Urbano, com relação ao destino do lixo, que ia causando um desastre ecológico. Inclusive, pedi informações ao IMAC sobre este fato. E espero que esta resposta venha o mais rápido possível, para que possamos acompanhar de perto esse problema.

Quero aproveitar este momento para apresentar ao Governo do Estado e aos representantes dos municípios, uma proposta que irá solucionar em parte esta situação.

Um outro assunto que eu quero tratar nesta tribuna, diz respeito a uma obra de muita importância para o município de Rio Branco que o Governo começou, que é a construção do Centro Olímpico, localizado no antigo aeroporto, no segundo distrito; essa obra, com certeza, trará muitos benefícios a nossa cidade especialmente à juventude. Mas infelizmente essa obra está parada há mais de um ano, e o Governador não dá nenhuma explicação. Temos recebido diversas cobranças por parte da juventude, então nós estamos entrando com um Requerimento pedindo que o Governo dê uma explicação sobre a real situação dessa obra, já que o Município de Rio Branco possui uma grande carência na área de lazer. Não temos um setor onde se possa praticar esporte, e o único estádio que existe aqui é o Estádio José de Melo, que, por muitas vezes, foi interditado, por não estar em condições adequadas para realização de campeonatos esportivos; trazendo com isso um prejuízo em todos os aspectos à nossa cidade. Sem falar que Rio Branco é a única capital do Brasil que não tem um estádio que possa receber um grande

público. Com isso o Acre fica em desvantagem em relação aos demais Estados do Brasil.

(Sem revisão do orador)

Deputado **RONALD POLANCO (PT)** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero fazer uma proposta e deveria fazê-la primeiro ao estilo mineiro: conversar com todo mundo. Mas, como é uma proposta da Casa, que possamos ver a possibilidade de convidarmos a bancada federal, a classe política estadual e a sociedade que forma a opinião pública neste Estado, para discutirmos temas como a Reforma Política, um assunto importante.

No interior, os partidos sofrem muito com as alterações que acontecem. A Reforma Universitária, que está em pauta no Congresso Nacional e que muitas vezes reclamamos, dizendo que a Universidade está distante, os cursos não têm nada a ver com o Acre, não está sendo conduzida de forma democrática. Um dia desses, um professor da UNICAMP colocou a forma que deveria ser adotada para indicar as reitorias e disse que a eleição direta não é um mecanismo salutar para o processo universitário. Enfim, há muitas críticas na sociedade, que precisamos travá-las no interior do Parlamento.

Recentemente, liguei para o Senador Sibá Machado e ele me colocou para falar com o Senador Sarney, o qual se prontificou a estar presente nas discussões. Tentei falar com a Deputada Perpétua, mas não consegui. Porém, temos muitos Parlamentares Federais que têm interesse e dá para fazermos um grande debate. Aliás Deputado Moisés, esse debate sobre a Reforma Universitária, poderia ser no interior, no Município de Tarauacá, onde poderíamos levar o Senador Sarney. Isso pode ser uma coisa boa, interiorizar os grandes temas que acontecem na sociedade brasileira.

Logo em seguida, vem a Reforma Sindical e a Reforma Trabalhista. Enfim, essas grandes Reformas precisam ser refletidas pela sociedade acreana, para ver se continuamos alimentando o nosso povo e o mais importante é que a renovação de idéias parta desta Casa.

Quero colocar para as bancadas e partidos o propósito em fazer esse grande debate no momento em que a sociedade brasileira está a exigir mudanças.

Dizem que houve um período na história brasileira em que o povo era feliz e não sabia. O importante é ser feliz e saber, bem como, saber porque é feliz. Não é aquele processo em que se diz: estou feliz, mas não sei por que. Nós precisamos estar feliz porque o nosso filho se formou e vai ingressar no mercado de trabalho. Precisamos discutir a Reforma Universitária agora, porque vamos participar dela. Podemos chegar em Assis Brasil e dizer: ah! O Vereador aqui, traiu a bancada e não foi punido, porque nós não discutimos as regras políticas corretamente. Muitas vezes o cidadão faz da política um negócio, porque qualquer um imagina que entra na política para fazer um trampolim e para se beneficiar de forma individual. E ela é o melhor processo para discutirmos o avanço que a coletividade precisa ter, para viver dias felizes e saber por que é feliz.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ (BPM)** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputadas Naluh Gouveia e Dinha Carvalho, quando lemos a Bíblia constatamos que desde a origem do mundo aparece um bode expiatório. Em toda sociedade tentam escolher um e na sociedade capitalista, o escolhido é o Parlamento.

Existem jornalistas que não têm coragem de bater num Desembargador, num Juiz, num Governador, mas têm coragem de bater nos Deputados. Se não bastasse os jornalistas, agora também um Vereador de Rio Branco, o Vereador Donald Fernandes que foi ontem para a televisão afirmar, Deputada Naluh, que nós Deputados nos reunimos na madrugada para fazer negócios espúrios, e para negociar com o Governador. Duzentas mil pessoas ouviram o Vereador Donald dando essa declaração. Portanto, precisamos nos defender, pois tenho convicção de que o dinheiro que entra e sai desta Casa, é limpo. Eu estou convencido disso, e acho que os vinte e três Deputados também. Se não tomarmos nenhuma providência, o que será passado para a sociedade, Deputado Taumaturgo é que nós estamos recebendo propina, pois ele disse clara e abertamente: “os Deputados se reúnem nas madrugadas para fazer negócios e enriquecer”.

Diante disso, estou propondo, Senhor Presidente, que o Poder Legislativo do Acre acione oficialmente o Ministério Público

para que o Vereador Donald Fernandes diga quais são os Deputados Estaduais do Acre que estão fazendo negócios espúrios, que estão recebendo propina. Era isto que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, no início deste ano Legislativo na ocasião em que o Governador em exercício, professor Arnóbio Marques leu a Mensagem Governamental, eu o contrapus apresentando alguns dados relativos à nossa economia, outros ao nosso desenvolvimento sócio-econômico e sócio-cultural e obtive como resposta do Líder do PT nesta Casa, que eu estaria usando dados ultrapassados, Deputado Chagas Romão, que já não refletem a realidade, depois de alguns investimentos feitos pelo Governo do Estado.

Esta semana o IBGE publicou para todo o Brasil a primeira pesquisa que fez sob a censura do PT, porque agora as pesquisas antes de serem divulgadas, precisam ser submetidas ao crivo do Governo Federal, onde se constata que os índices apresentados são iguais ou até maiores que aqueles que eu citei no meu pronunciamento. Embora o Governo tenha afirmado e divulgado diuturnamente na Imprensa que os índices de analfabetismo no Estado do Acre decresceram, a verdade é que a pesquisa do IBGE demonstra que houve um crescimento sim.

Para aqueles que não acreditam na pesquisa do IBGE, eu sugiro a leitura da pesquisa sobre o levantamento sócio-econômico do Estado, pago por esta Assembléia.

No levantamento do desempenho dos Parlamentares também consta a aferição dos índices de analfabetismo que foram pesquisados, Deputado Roberto Filho, apenas na zona urbana. Vinte por cento da população urbana de Senador Guiomard, Deputada Dinha é analfabeta, segundo a pesquisa da Assembléia Legislativa.

Portanto a pesquisa que o IBGE divulgou agora é uma demonstração de que essas políticas do Governo são artificiais só existem num Acre virtual, não na vida das pessoas, principalmente do interior do Estado e dos bairros periféricos. Peço àqueles que duvidam disso que acessem o site do IBGE, e também estudem a pesquisa encomendada pela Assembléia Legislativa para constatarem que as políticas sociais do nosso Estado, infelizmente, não digo isso com prazer, são ineficientes, Senhores Deputados, e estão longe de melhorar as condições de vida da população do Estado do Acre.

O Senador Tião Viana, Vice-presidente do Senado, dizia esta semana em um pronunciamento, que no Estado do Acre não havia sequer uma casa sem abastecimento de água tratada e nenhuma criança fora da escola. Um Senador do Amapá que tem um nome bastante interessante, chamado Papaleo, teceu elogios ao Senador Tião Viana e disse que um Estado que consegue obter esses indicadores sociais merece ser parabenizado. Pena que o Senador é mais um que sai daqui acreditando em mentiras e vendo uma imagem falsificada do Estado do Acre. Fora do Acre, por conta da propaganda oficial e da inserção que o Governo do Estado tem na mídia nacional, as pessoas têm essa impressão.

O Senador Tião Viana peca quando faz esse tipo de afirmação porque ele não conhece talvez ou demonstra não conhecer a realidade deste Estado, citando fatos inverídicos e que não se sustentam perante os indicadores sociais.

Com relação ao Vereador Donald creio que a Assembléia Legislativa deve sim, se manifestar. Assisti as entrevista e acredito que o que ele disse não foi no tom que o orador que me antecedeu relatou. Melhor seria requisitar a fita para que todos nós assistíssemos e daí tomássemos providências.

Esse tipo de acusação a esta Casa é reincidente. A Deputada Naluh Gouveia disse há algum tempo que alguns Deputados aqui recebiam vantagens do Governo do Estado do Acre, no que foi questionada, inclusive, pelo Deputado Polanco. Está registrado em nossos arquivos.

Então, devemos pedir a fita com a entrevista do Vereador Donald e também o pronunciamento, da Deputada Naluh para tirarmos as dúvidas, mas sugiro que nós requisitemos a fita da TV Rio Branco onde foi dada a entrevista para tomarmos as medidas cabíveis porque eu não participo de negociação nesta Casa e não tenho conhecimento

de que outros Deputados participem, portanto precisamos esclarecer esses fatos.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, hoje, cedo estava vindo ali na estrada do Mutum aonde tem uma escola, e a Sra. Deputada Naluh Gouveia que é a maior defensora da educação, lá nós temos uma escola, a Mário Lobão. Deputado Edvaldo Magalhães, o Senhor que é o Líder do Governo. Deputado a escola é municipal, é rural e atende a população do ramal do Mutum e aí eles começaram a matricular as pessoas dos bairros ali próximos, lotaram as salas de aula e deixaram os alunos de todo o ramal na base uma base de vinte que ficaram sem ser matriculado. E como se isso não bastasse, tiraram um mini ônibus que fazia o transporte daqueles alunos, e para a nossa surpresa vai fazer uma semana que a aula começou naquela escola, e infelizmente o ônibus não está indo buscar os alunos. E eu parei na escola ontem para conversar com o diretor. Não tem diretor. É uma professora que está lá respondendo. Realmente esse ônibus não está indo buscar os alunos.

E ontem nós estávamos aqui com o Secretário em exercício. E eu não sabia do assunto ainda. Senão teria feito pronunciamento. Mas eu queria aqui junto com a Deputada Naluh e o Deputado Edvaldo Magalhães, entrar em contato com o Secretário para ver o que é que está acontecendo, por que lá há dezenas e dezenas de alunos que vão ficar sem estudar por conta do transporte. Já estão há uma semana perdendo aula, por conta do ônibus, que não está indo buscá-los. E Deputada, ali é uma escola rural e os bairros do Alto Alegre, Montanhês, todos aqueles bairros levaram os alunos para essa escola e as pessoas do ramal ficaram sem fazer a sua matrícula. Eu quero a ajuda de vocês, que conhecem mais, e tem contato com o Secretário, para que a gente veja o que está acontecendo. Se não vão tirar aqueles alunos que ali estão, mas que construa mais uma, duas salas, que matriculem os meninos do ramal para estudar. Nós fizemos uma reunião na semana passada com os pais. Deputados é um crime esses dois minutos, no Grande Expediente. Precisamos mudar esse tempo para o Pequeno Expediente. Eu tenho vários outros assuntos, voltarei na Explicação Pessoal, Deputado Helder Paiva falar a respeito da Luz do Campo, que a Deputada Naluh falou hoje.

Eu tenho vários assuntos para falar, incluindo a Luz do Campo que é uma boa iniciativa do Governo Federal em conjunto com a Eletroacre.

(Com revisão do orador)

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, ontem, eu assisti pela TV Senado uma discussão, na qual o Senador Maguito Vilela no afã de defender o indefensável disse que aqueles fatos a que o Presidente Lula se referiu, realmente acontecia, porque na época do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o próprio Senador tinha sido interpelado por um grande empresário, empreiteiro, o qual pediu-lhe que tivesse o seu nome de uma CPI, e ainda disse mais que outros Senadores também foram procurados por esse empresário. Aí os Senadores no mesmo instante pediram-lhe que dissesse o nome do empreiteiro e dos Senadores.

Assim como esse Senador, o Deputado Luiz Calixto acabou entrando atravessado na discussão de hoje. Existem coisas que não podem ser defendidas; então nesses casos, o melhor que podemos fazer é ficarmos calados.

Eu nunca usei as palavras propineiro ou propina; eu disse outras que estão gravadas e podem ser lidas.

Ainda me dói muito o coração lembrar daquele Orçamento. Ele não deveria ter sido aprovado. Acho que para o Governo do PT aquele Orçamento não é legal, pois privilegia o pessoal e não o social do Estado. Os onze milhões destinados para a mídia, o Governo está usando como lhe convém. Durante a greve da Educação ele deu um show. Quanto aos termos propina e propineiro, não fui eu quem falou.

Eu acho que o Deputado Luiz Calixto entrou meio “atravessado”, como fez o Maguito ontem no Senado.

Eu acho, Deputado Helder Paiva, que é a Mesa Diretora quem nos representa; por isso eu sempre me dirijo a ela, e acho que ela deve ter uma assessoria de comunicação muito forte.

Eu não vi a entrevista, mas, sinceramente, não acredito que o Deputado Moisés Diniz esteja mentindo, pois ele é muito sério. Tem que haver uma posição da Mesa, porque o Poder Legislativo é o mais visado pela sociedade. É impressionante, mas ninguém fala dos altos salários dos Juízes e dos Desembargadores, até votam favorável. Portanto, eu acho que tem que ter um limite do certo e do errado, aqui.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo – EM APARTE) – Deputada Nalu Gouveia, em relação a esse assunto abordado por V. Exa. e pelos Deputados Moisés e Calixto, eu sugiro à Mesa e aos demais Parlamentares, principalmente aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que requeiramos a fita da entrevista e façamos uma interpelação ao Vereador, para que o mesmo venha aqui, ratificar o que ele disse. Mediante isso nós tomaremos uma decisão quanto a uma ação judicial coletiva, em nome dos 24 Deputados. Vamos chamá-lo no âmbito da Comissão que trata desse assunto. Eu acho que qualquer pessoa que venha assacar esse tipo de questões sobre o Parlamento é digno de que tomemos providências. É justamente a mesma discussão das chamadas audiências das Pequenas Causas. Um vem e atira uma pedra, vem outro e faz o mesmo. Daqui a pouco, nós não teremos condições de nos entender. Então, a minha sugestão é que levemos esse assunto para o âmbito da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Deputada NALUH GOUVEIA (PT) – Eu acho importante à sugestão do Deputado Edvaldo.

Agora, eu quero me dirigir especialmente à Deputada Dinha Carvalho, a qual muito bem nos representou. Eu tenho muitos amigos ali no Santa Maria: o Senhor Martins, a Dona Guiomar, pessoas que têm mais apreço pela minha mãe do que por mim mesma.

Eu estive ali, quando a Dona Júlia morava lá, e fiquei muito mal ao ver aquela situação. Naquele momento, eu nem sabia que o Deputado Sérgio Oliveira tinha uma área ali, porque eu não sou muito de freqüentar a casa das pessoas. Sou muito caseira.

Na época do “Luz no Campo”, o Senhor Osvaldo ainda era o Presidente da Eletroacre, e quem começou essa discussão foi o Professor Rego. É falta de sensibilidade do Governador Jorge Viana nunca falar o nome dele. Naquela ocasião, os moradores do Santa Maria me pediram ajuda, e nós fizemos um trabalho muito bonito. Fomos de casa em casa, vimos quantos eram em cada família, quantos filhos, etc. Entregamos para o Senhor Osvaldo, na Eletroacre. Então, com esse levantamento, foi possível prever quantas pessoas em todas as glebas seriam beneficiadas. Depois, eu soube que o Deputado Sérgio Oliveira já havia feito o pedido da luz, mas nós não tivemos problema; inclusive, trabalhamos juntos.

Deputada Dinha Carvalho, a Senhora nos representou bem. Inclusive fez questão de dizer que estava representando a Mesa, o Deputado Sérgio Oliveira e os demais Deputados. O que me dói é a insensibilidade desse Governador. É impressionante.

Quando eu era Vereadora, Deputada Dinha Carvalho, eu fiz um trabalho igual a esse do Santa Maria, e não era nem função de Vereadora. E quem falou sobre esse problema do ramal Santa Maria pela primeira vez foi a Imprensa, mas o Governador também não tem sensibilidade com a Imprensa, ele só faz maldade com a Imprensa.

Houve aquela questão das madeireiras peruanas que estavam entrando no Vale do Juruá e nós fizemos um levantamento detalhado, pedimos audiência aos Ministros, procurei a Senadora Marina, o Deputado Marcos Afonso e mostramos a cada Ministro a situação grave em relação ao tráfego de drogas e à retirada de madeira. A Imprensa divulgou amplamente, mas ninguém daqui da Assembléia Legislativa queria falar sobre esse assunto nem mesmo os Deputados que têm suas bases naquela região. Nenhum falava da exploração ilegal de madeira ou tráfico de drogas. Até porque os traficantes são muito poderosos lá; mas eu nomeei um por um, e ainda disse onde

estavam, como chegar à droga, as ajudas que os traficantes recebiam; inclusive, eu falei da questão de combustível. E mais, fiz um levantamento dessa parte do Exército toda.

Hoje, estamos vendo o Governador Jorge Viana, nosso astro, a Santíssima Trindade, o Altíssimo, atrair para si os méritos desse trabalho, levando outros Deputados lá, é legítimo levar os Deputados, mas ele sequer mencionou o meu nome. Sinceramente, eu acho isso muito grave, é uma falta de humanidade imensa não reconhecer o trabalho das pessoas; mas não tem problema, eu acho que nesses casos quem perde é a pessoas ingrata. A Deputada Dinha Carvalho, procedeu diferente, pois ela fez questão de mencionar que estava representando à Mesa Diretora.

Na época da inauguração da Escola Armando Nogueira, o Governador para fazer média e ficar bem com a Rede Globo, inclusive descumprindo uma lei, colocou esse nome na escola, ao invés de colocar o nome do Professor Ribamar. Não temos nada contra o Armando Nogueira, é um acreano ilustre, mas nada o identifica com a Educação no Acre. O Governador foi mais longe, e pelos mesmos motivos da primeira e também porque ele adora aparecer, deu à segunda escola inaugurada, o nome de Glória Peres, outra ilustre acreana, mas que não tem nada a ver com a Educação no Acre. É característica do Governador se projetar usando as pessoas, e isso é ruim. Até hoje não há nenhuma identificação da própria comunidade com o nome da escola. É muito triste termos um Governador que se comporta dessa maneira. Primeiro ele, depois dele, é ele novamente, depois os seus súditos, que na verdade, acham que também têm algum poder, mas não mandam em nada. Muitos têm a ilusão de ter algum poder, mas na verdade, não tem nenhum.

Por último, Senhor Presidente, quero falar da felicidade que fiquei, mesmo tendo sido cansativo para todos nós, a aprovação da lei da Educação. Estábamos esperando essa aprovação. Esperamos que o Governo agora cumpra o que prometeu em relação aos aposentados.

Hoje mesmo, eu recebi várias pessoas aqui no trabalho e vi a preocupação das companheiras professoras aposentadas, que desde 1999 estão incluídas no plano.

Senhor Presidente, dia sete, às 8h30min no teatão haverá uma discussão sobre a Previdência e seria importante a participação dos Senhores Parlamentares. Nós temos um grave problema relacionado à Previdência, e mais grave ainda é nós não conseguirmos pegar os ladrões da Previdência no Acre, entre eles o ex-Governador Orleir Cameli.

(Sem revisão do Orador)

Deputado SÉRGIO OLIVEIRA (BPM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, o assunto que me traz à tribuna é um assunto que foi debatido no Congresso Nacional. Inclusive, semana passada, o Deputado José Luis esteve representando a Assembléia Legislativa, numa reunião da UNALE, no Rio Grande do Sul, quando foi discutida a Proposta de Emenda Constitucional n. 13/2003, que trata sobre as emancipações municipais. É um assunto que para alguns pode não ser importante, mas os critérios adotados em tempos passados para a criação de nossos municípios deixou muito a desejar. Municípios que não tinham as mínimas condições de serem elevados a essa categoria, hoje, estão sofrendo as consequências, pois até hoje não têm a mínima estrutura política.

Eu conversei com o Deputado Elson Santiago a respeito da criação do novo município de Campinas. E ele entende que é de fundamental importância a criação do município de Campinas que atualmente é um Distrito de Plácido de Castro.

Estou lendo aqui, e lamento que não haja nenhum Deputado da bancada federal do Acre nessa comissão. Vou entrar em contato com a Deputada Perpetua Almeida para que acompanhe o desenrolar da negociação dessa proposta de emenda constitucional, para que possamos expressar também a posição do Acre nessa questão. Estou vendo que nenhum Senador acreano assinou prestando apoio a essa proposta. Falarei com a Deputada Federal Perpétua Almeida para que possa unir forças no sentido de que a PEC venha a ser aprovada no Congresso. A Unale está acompanhando as discussões porque essa questão envolve todos os Estados brasileiros, e também porque hoje o Deputado Estadual não tem poder nenhum sobre essa situação. Não quero dizer que sou a favor de sairmos criando municípios, mas acho

que esse debate tem que ser feito aqui na nossa Casa, porque o poder do Deputado Estadual foi totalmente retirado e com a aprovação dessa PEC nós voltaremos a ter o direito de, pelo menos discutir a criação de novos municípios do nosso Estado. Eu defendo a criação do município de Campinas, assim como o Deputado Santiago defende a criação de Humaitá e tenho certeza, que outros colegas irão defender outras propostas, mas que essas propostas sejam discutidas aqui dentro da Assembléia Legislativa do nosso Estado; não podemos deixar que essas decisões sejam tomadas em Brasília, ou seja, tirando todo poder do Legislativo Estadual, senão daqui a pouco o poder do Deputado Estadual não valerá nada.

Hoje, o poder do Deputado Estadual está totalmente reduzido; nós nos tornamos um mero despachante do Executivo. Daqui a pouco a população estará querendo saber qual é o papel do Parlamento Estadual. Então, acho que nós deveríamos fazer um documento prestando apoio a essa Comissão e pedindo que fosse feito um trabalho no sentido de fortalecer os Parlamentos Estaduais. Como já disse a nossa instituição, a Unale está trabalhando nesse sentido, mas nunca é demais enviarmos um documento deste Poder, demonstrando o nosso interesse pela aprovação dessa PEC.

Deputada Naluh, a respeito da energia no bairro Santa Maria, estou feliz e entendo a sua mágoa, pois acompanhei o seu trabalho e realmente a Senhora foi a pioneira na luta pela energia elétrica para aquela localidade, porém o mais importante é que os produtores foram beneficiados e depois, quando chegar o verão, nós iremos lá fazer o nosso churrasco. Quem ganhou com isso foram os moradores do Santa Maria que estão agradecidos ao Governador, à Senhora e a todos os Deputados que se uniram nessa luta. Participei da inauguração daquele programa de energia que teve lá no Quixadá, e na verdade é um instante de muita alegria, é como se estivéssemos começando uma nova vida. E naquele momento, o Governador disse que a única coisa que diferenciava o campo da cidade era a falta de energia. Hoje, com a chegada da energia no campo, acho que as pessoas vão optar para ficar no campo; e com isso, vai diminuir a criminalidade e o desemprego na cidade. E a beneficiada com isso será a população do nosso Estado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **DELORGEM CAMPOS** (BSC) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, gostaria, de neste momento, manifestar a minha opinião acerca do que propôs aqui o Deputado Ronald Polanco. Quero dizer a V. Exa, Deputado Ronald Polanco, companheiro da região do Alto-Acre, que me associo, de imediato, a idéia de que nós possamos, através da Mesa Diretora desta Casa, fazer um convite aos membros do Congresso Nacional, para estarem aqui conosco; inclusive, o Senador Sarney se manifestou favorável a esta idéia, de fazermos um debate, acerca da Reforma Política.

Eu já disse aqui nesta tribuna, que a primeira Reforma que deveria ter sido feita, é a Reforma Política, pois o país não suporta mais esse desmando. Um cidadão, numa semana, passou por três siglas no Congresso Nacional. Isso não é acordo político, isso é negociação política. Nós do Partido Socialista Brasileiro participamos da Comissão e fomos favoráveis à Reforma mesmo que seja uma “meia” Reforma, como se diz neste país. Nós devemos observar que apesar da euforia do Deputado Severino Cavalcante, por conta dessas últimas eleições municipais, nós contribuintes da classe média, tivemos que pagar a cifra de um milhão de reais.

A Justiça Eleitoral tem cumprido o seu papel nas eleições, inclusive é exemplo para todo o planeta Terra, mas gastar um milhão de reais numa eleição, é um absurdo. Esses recursos poderiam ser aplicados em infra-estrutura, saneamento básico, Saúde e Educação. A exemplo do que estou dizendo, o nosso Estado é pequeno e pobre, sobrevive ainda de repasses federais.

Nas últimas eleições o índice de votos nulos foi o mais baixo possível. Então, amigo, essa história de dizer que é preciso exercitar a democracia através do voto, isso é algo superado. Todos os brasileiros sabem votar na urna eletrônica e sabem fazer mudanças. Temos como exemplo o que aconteceu aqui na Câmara Municipal de Rio Branco. A minha opinião, como membro desta Casa, unificar as eleições em 2014. Agora é indecente e imoral essa história de dizer

que vão prorrogar o mandato dos Parlamentares. O eleitor votou no candidato para ele exercer o mandato de quatro anos.

Contudo sou favorável a proposta do Deputado Polanco. Nós temos agora uma Câmara de Vereadores renovada. Podemos sentir a mudança nos pronunciamentos. O Vereador Pascoal está pedindo uma CPI para averiguar a administração passada, porque parece-me que havia conivência da mesma com a Prefeitura.

Estou de pleno acordo com o que disse o Deputado Edvaldo Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, da qual somos vice-Presidente. Devemos sim interpelar o Vereador Donald, porque está em jogo a idoneidade de pessoas que foram eleitos pelo povo. Eu não conheço, Deputado Calixto, nenhum Deputado desta Casa que tenha feito negociações obscuras, na calada da noite. Isto é muito perigoso.

Dizem que político peca por palavras, talvez uma Reforma Política possa nos ajudar neste momento. Por exemplo, não podemos conceber que o Sr. Garotinho, que passou pelo nosso partido inclusive contribuiu para que o PSDB crescesse, depois foi para o PMDB, não deu certo, então criou o seu partido.

Assisti parte de uma entrevista na TV Gazeta e os dois cidadãos de bem que fundaram o PSDC, do qual fazem parte os Deputados Francisco Viga e José Luis, irão agora fundar dois novos partidos. Então, Senhores Deputados, não é possível se brincar dessa forma. Nenhum projeto social, econômico poderá ter sucesso se os membros dos partidos não são sérios. É muito fácil eu me eleger por uma legenda e, antes mesmo de assumir, já me vender, e o pai de família honesto, o cidadão de bem que acreditou em mim, já me ver noutro partido.

É necessário, sim, Senhor Presidente, que esta Casa encaminhe expediente ao Congresso, à nossa bancada Federal para que o povo possa participar do debate a respeito dessa reforma. Seria impossível contarmos também com a UNALE.

Finalmente, Senhores Deputados, quero aqui dizer que nós fizemos parte efetivamente de um grande trabalho neste Estado e que permitiu ao Poder Executivo deliberar políticas públicas, por ocasião da CPI dos limites, quando dividimos legal e juridicamente este Estado em cinco regiões. Inclusive alimentamos a expectativa de que a Vila Campina seria elevada a categoria de município, porque sentimos que ali já tem estrutura para tal, diferentemente do que ocorre com os municípios de Santa Rosa do Purus que serve até de chacota. Vimos na televisão que lá existem duas viaturas velhas. Então observem que, às vezes, o interesse das negociações excedem o interesse coletivo. E nós aqui desta Casa, em nome do Partido Socialista Brasileiro, estaremos juntos no que for justo, no que for correto. Porém os discursos populistas não nos é peculiar, pois temos uma história de vida, que não vou relatar, porque aqui é o lugar para tratar da coisas de interesse do Estado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Imprensa, companheiros na galeria, eu ouvi atentamente os companheiros que me antecederam, e que falaram sobre as várias reformas que estão previstas. Eu estou preocupado com a Reforma Tributária, que é maldita e cruel e pode vir a prejudicar o nosso povo. É necessário que nós, aqui do Acre, também levantemos nossa bandeira contra a Medida 232, que o Presidente da República está implantando e peçamos aos nossos Deputados Federais e Senadores que não sejam favoráveis a uma crueldade dessa, porque não incidirá somente sobre os comerciantes ou prestadores de serviço, mas também sobre funcionários assalariados.

A maioria dos comerciantes deste Estado está inadimplente, sem ter como pagar os tributos, que estão muito alto.

O nosso país é um dos que cobra os impostos mais altos. Deve ficar entre o primeiro e terceiro lugar. Então, companheiros, eu acho que nós também temos que lutar contra essa Medida, pedindo que os Parlamentares deste Estado em Brasília, não votem favorável a lei 232, que é uma maldade com o povo brasileiro. Essa é uma forma de aumentar os impostos.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Chagas Romão, parabéns pela sua iniciativa

de levantar o debate sobre a Medida Provisória 232; sugiro a V. Exa., que apresente aqui uma Moção, para que nós a encaminhemos ao Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcante, para que este Projeto não seja colocado em votação da forma como foi apresentado pelo Ministério da Fazenda. Esse seria um papel dos nossos Deputados Federais, mas nada impede que nós, aqui na Assembléia, manifestemos nossa contrariedade e eu já fiz isso, inclusive, publicamente. Sou contra essa escalada tributária que o PT vem fazendo nos últimos dois anos no País.

Deputado CHAGAS ROMÃO (PMDB) – Encaminharemos a Moção que o Deputado sugeriu à Câmara Federal e pediremos encarecidamente, ajuda aos Parlamentares. Não é dessa maneira que nós vamos gerar recursos para o País, porque uma empresa que hoje contrata 100 ou 1000 funcionários, com esta carga tributária não poderá pagar mais aquele mesmo número de funcionários, nem contratar mais nenhum funcionário; pelo contrário, vai demitir alguns.

Então, não podemos admitir que mais tributos venham sendo instituídos, gerando mais despesas aos nossos comerciantes, prestadores de serviços que são os mais ameaçados. Vamos ver alguma maneira de, pelo menos, manifestar o nosso desagrado e tentar impedir essa Medida Provisória 232, que é uma crueldade para todo o país!

Nós não podemos ficar calados, à mercê de todos os tributos que venham a prejudicar o nosso povo, e eu estou disposto a lutar juntamente com os companheiros.

(Sem revisão do orador)

Deputado HELDER PAIVA (PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, como no Pequeno Expediente não deu para concluir o que eu havia programado para falar no dia de hoje, pois como todos os Senhores sabem somos portavoz da população, volto a falar agora.

Hoje eu trago aqui algumas reivindicações, lá do Município de Acrelândia, município produtor, e potencial para ser um grande pólo de produção, onde várias empresas já estão se instalando.

Após nos reunirmos com a membros da Segurança Pública soubemos que têm ocorrido vários assaltos naquele município, causando alguns transtornos à população. A estrutura das Polícias Militar e Civil é muito pequena ainda, em decorrência de ser um município novo. Constatei conversando com os policiais que a estrutura física da delegacia e do quartel militar daquela cidade é precária e não oferece condições para que um cidadão possa exercer suas funções. Neste sentido, trago a reivindicação dos policiais e também da população daquela cidade para que o Governo do Estado inclua no seu planejamento, o mais rápido possível, a construção de uma delegacia e um quartel no Município de Acrelândia. E que também possa ampliar o quadro das polícias civil e militar naquela cidade, bem como fazer a manutenção das viaturas, pois Acrelândia fica localizado numa região que possui muitas saídas para a BR-364, o que torna mais complicada a sua situação. Pessoas de má índole têm, freqüentado aquela cidade causando transtorno às famílias e roubando as lojas.

Quero aproveitar esse momento para reforçar o pronunciamento do Presidente desta Casa, Deputado Sérgio Oliveira, que demonstra a sua preocupação com o teor dos discursos nesta Casa. Muitas coisas tem afetado o nosso Estado, principalmente as Assembléias Legislativas que ficaram engessadas entre o Governo Nacional e as Câmaras. Se levarmos ao pé da letra o que diz a legislação atual, verificaremos que hoje, a atuação de um vereador, é muito mais ampla do que a atuação de um Deputado Estadual.

Entendemos que a criação de novos municípios passa primeiro pela comunidade e pela Assembléia Legislativa de cada Estado que é quem tem condições de conhecer a realidade do Estado em que vive, mas nos tiraram esse direito e levaram as discussões para o Congresso Nacional, quando na verdade eles não conhecem a nossa realidade. Somos nós que sabemos o que é bom para o Estado do Acre. Neste sentido, nós concordamos plenamente com o Deputado Sérgio Oliveira. Esperamos então, que o Congresso Nacional dê a atenção merecida aos Estados.

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (PPS – EM APARTE)

– Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Deputado Helder Paiva, obrigado pelo aparte. Também quero parabenizá-lo, juntamente com o Deputado Sérgio Oliveira, Presidente da Casa, por terem colocado em evidência esse assunto, que nos preocupa muito. Temos aqui, por exemplo, várias vilas que nós precisamos olhar com mais atenção e que já poderiam até ser transformadas em municípios. Todavia, eles puxaram essa responsabilidade para eles, dificultando ainda mais a situação. Na época em que o Sarney Filho era Ministro do Meio Ambiente, ele proibiu as queimadas aqui no nosso Estado, as quais só poderiam ser feitas em janeiro e fevereiro. Quem não conhece a nossa realidade não pode saber o que é prioridade para o nosso Estado, é o que está acontecendo com a questão da criação de novos municípios.

Deputado HELDER PAIVA (PSDB) – Incorporo o aparte do Deputado Tarésio ao meu pronunciamento. Eu fiquei surpreso com o Requerimento do Deputado Moisés Diniz, todavia quando um Vereador vai a um canal de televisão falar que os Senhores Deputados se reúnem na calada da noite para aqui fazer acordos escúrios, é inaceitável. Primeiro, que eu tenho o seguinte pensamento em relação a essa questão: eu sou do Parlamento há 22 anos e desconheço qualquer fato de acordos feitos nas madrugadas. Temos aqui os debates, as discussões, os acordos de liderança de partido, o que é normal em todo parlamento. O Congresso Nacional entra, às vezes, pela madrugada, votando às matérias, pois como aqui, há divergências na votação das mesmas.

Portanto, eu desconheço qualquer acordo que envolva a parte financeira e que venha atingir a imagem de qualquer Deputado desta Casa em relação a essa questão.

Segundo ponto, eu não assisti, mas vamos requerer essa fita, precisamos acionar na Justiça e no Ministério Público esse Vereador, para que ele prove o que disse. Com certeza o Vereador já deve estar planejando vir para cá e eu não tenho nada contra, desde que o candidato ganhe a eleição, agora brincar de palanque é inadmissível.

(Sem revisão do orador)

Ordem do Dia

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado à Moção de Protesto nº 01/2005 de autoria do Deputado Juarez Leitão, o qual manifesta “Moção de Protesto ao Ministro da Justiça pelo assassinato da Freira Dorothy Stang”.

Em discussão usaram da palavra:

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, gostaria, inicialmente de parabenizar o Deputado Juarez Leitão por ter proposto esta Moção de Protesto contra o Ministro da Justiça; um Ministro do PT, mas que está sendo sensurado, protestado por um Deputado também do PT. Essa é uma demonstração inequívoca de que o próprio Partido dos Trabalhadores, aqui no Acre, reconhece que a missionária Dorothy Stang foi vítima desta crueldade, desta barbaridade, exatamente pela falta da assistência e da segurança que o Estado deveria lhe prover. Nós, aqui no Acre, conhecemos um pouco dessa história de sindicalistas, pois quando o Chico Mendes foi ameaçado e denunciado isso, naquele momento o Estado colocou alguns policiais à sua disposição; não sei se eles tinham preparo necessário para lhe dar segurança, mas o fato é que nem a segurança oferecida pelo Estado, foi capaz de impedir que o Chico Mendes fosse barbaramente assassinado, e da mesma forma, a missionária americana, já naturalizada brasileira. Por inúmeras vezes essa irmã denunciou que estava sendo ameaçada de morte; talvez não levasse muito a sério. Como ela mesma disse: que aquilo era leviano, ninguém teria coragem de matar “aquele velha”.

Mas o fato é que o Estado, através de seu Ministro da Justiça se omitiu de prestar a segurança devida, numa zona onde os conflitos de terra são extremamente perigosos. Quem conhece um pouquinho da história do Pará sabe do fluxo de pessoas que chegam diariamente, de pistoleiros, de pessoas desempregadas, de pessoas de bom e de mau caráter que vêm nos trens do Vale do Rio Doce.

Diariamente a irmã Dorothy denunciava as ameaças, publicava que estava sendo caçada pelos maus madeireiros. O Estado nada fez.

Um caso idêntico Deputado Tarcísio Medeiros, está ocorrendo no Acre: se não me engano, na sexta-feira o jornal A Tribuna divulgou a notícia de que o Presidente da CUT, Manoel Lima, estaria sendo ameaçado de morte. Mesmo achando que aquilo era uma brincadeira, que não tem nenhuma veracidade, foi divulgado. E se alguém tira a vida desse rapaz? A Secretaria de Segurança, a Polícia Federal e demais órgãos envolvidos na Segurança, devem chamar o Presidente da CUT e perguntar: "Isso é uma brincadeira ou é sério?". Então, quero registrar a minha satisfação em votar a favor dessa Moção de Protesto, quando um Deputado do PT, ligado aos movimentos Sociais, aos trabalhadores reconhece que o Governo do PT, que o Ministro da Justiça do PT são responsáveis pela morte da missionária.

(Sem revisão do orador)

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados, eu acho que dizer que o Ministro da Justiça foi o culpado pela morte da missionária é muito forte. Outra coisa, eu acho natural que um militante do PT, apresente uma Moção contra outro petista; não é normal no Parlamento brasileiro, onde os Parlamentos não são tão questionadores, principalmente quando é um dos seus. Aí é que ele não é tão questionador mesmo.

Agora, eu não acho correto colocar a responsabilidade no Ministro, porque eu cursei o 2º Grau em Belém, e foi lá que em 82 eu comecei minha militância no PT. E nessa época já havia conflitos de terra, principalmente naquelas áreas aonde os homens chegam com seus tratores, vêm derrubando a mata toda. Na fronteira com as Guianas não tem mais condição deles entrarem com todo o maquinário, senão eles entravam também. Agora, essas iniciativas do Governo Federal estão fazendo com que cada vez mais os conflitos aflorem; vejam só, a própria Pastoral da Terra diz que mais de duzentas pessoas já morreram, após o Governo do Lula. É culpa do Presidente? Não, é porque cada vez mais os conflitos estão ficando acirrados e somente agora as pessoas estão tendo condições de denunciarem.

Eu conheço o Manoel e ele jamais diria que está sendo ameaçado sem ser. É ruim ser ameaçado de morte. Não queriam saber como é complicado você estar em casa e não se sentir à vontade, pois qualquer ruído, mesmo de uma folha que se move, a pessoa já fica insegura. Só sabe quem já passou. É uma situação complicada e muito ruim. É horrível conviver, com metralhadoras, com armas pesadas dentro de casa e sua filha presenciar isso. É uma situação muito ruim. Ninguém quer se promover através de uma coisa tão ruim, como essa.

Aqui, também há conflitos de terra, porque nós temos um Judiciário que não consegue sair da sua cadeira para entrar no conflito e tentar resolvê-lo. Nós temos um Judiciário que se posiciona a favor dos fazendeiros e dos grandes. O Judiciário do Acre não é conservador. O Judiciário do Acre tomou partido. Temos algumas poucas exceções, pois alguns juízes e juízas combativos e guerrilheiros tomaram outra posição; mas no geral, na quase totalidade, eles tomaram partido e não só foi pelos grandes fazendeiros, mas também pelos grandes da aristocracia babaca que tem no Estado do Acre.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM APARTE) - Deputada Naluh Gouveia, eu agradeço-lhe a concessão do aparte. A Moção de Protesto é dirigida ao Ministério da Justiça, portanto, também ao Ministro e o assassinato da irmã Dorothy, tem que ser debitado à estrutura arcaica do latifúndio no Brasil. Para V. Exa. ter uma idéia, na última década, naquela região do Pará, em que a irmã Dorothy atuava, o PC do B perdeu sete agentes. Só da família Canudos mataram o velho pai, que era Presidente de Sindicato; aí o filho mais velho passou a presidir o Sindicato, então o mataram e também os outros três filhos. O Deputado Estadual Paulo Fontes que era da CPT lá no Pará, também foi assassinado em função desses conflitos fundiários. Então, o assassinato da irmã Dorothy é fruto dessa estrutura judicial arcaica do nosso país. Se hoje a Polícia Federal tivesse que dar proteção a todos os ameaçados de morte teria que tirar todos os seus agentes de circulação. Eu estava lembrando quando V. Exa. estava falando do dia em que o Presidente Lula recebeu o MST e botou o chapéu do MST na cabeça, quase que o mundo veio

abaixo devido o conservadorismo da Imprensa brasileira, que dizia que o Presidente da República não pode incentivar a invasão à propriedade particular e à propriedade produtiva no Brasil. Que vergonha! Se nós não enfrentarmos o problema fundiário no Brasil, nós ainda vamos ter muitos assassinatos daqui para frente. O Governo Federal está começando a enfrentar esse problema, mas infelizmente, da mesma forma como ocorreu aqui com o assassinato de Chico Mendes, às vezes, é preciso ter um mártir, um símbolo, para que medidas sejam tomadas e haja um avanço. Eu vi como atuou o Governo Federal e aqui, eu quero fazer um registro, um destaque, para a coordenação da Ministra Marina Silva, que foi a pessoa que capitanou uma série de medidas, que há anos eram esperadas ali naquela região, como por exemplo, as desapropriações feitas recentemente e a criação de florestas públicas, as quais serão exploradas agora no Sul do Pará. Infelizmente, foi preciso que tivéssemos um mártir, para que medidas mais duras fossem tomadas, como por exemplo, a presença do Exército Brasileiro naquela região. Acho até que estamos fazendo um debate tardio acerca desse problema, mesmo assim quero dizer-lhe que a respeito dessa questão temos a mesma compreensão.

Deputado **UIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputada Naluh Gouveia, a reação do Governo Federal em relação à morte da missionária Dorothy foi cinematográfica. Dois mil homens foram deslocados, alguns helicópteros, e ao chegarem lá em Anapu, os agentes federais e os militares do Exército Brasileiro não puderam sequer se deslocar por falta de gasolina e por falta das condições mínimas de estrutura. Inclusive o combustível foi financiado pelos bons fazendeiros, pelos bons colonos, pelos bons madeireiros que existem nesse meio lá no Estado do Pará. A preocupação é porque parece que nessa questão é preciso alguém ser morto para que alguma coisa seja feita neste país. As revistas Veja e Isto É, revelam que, se não tivesse ocorrido, infelizmente, a morte dessa missionária, provavelmente a região do Pará estaria esquecida como ainda está, pois não há polícia, não há Justiça, ou seja, não há Estado. É por esse rol de coisas que eu me somo à preocupação e ao posto do Deputado Juarez Leitão que questionou o próprio Governo, numa demonstração de independência e de autonomia, mas eu não quero ser entendido fora disso ao reconhecer que parte da morte daquela missionária é debitada à ausência do Estado. Obrigado!

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Para concluir, Senhor Presidente, eu incorporo as palavras do Deputado Luiz Calixto ao meu pronunciamento, e quero dizer só duas coisinhas. Primeiro, que na hora em que Dorothy Stang estava sendo morta, a Senadora Marina estaria a poucos quilômetros de Anapu fazendo um trabalho do Ministério do Meio Ambiente na questão das florestas públicas, e no momento em que recebeu a notícia da morte da missionária, ela passou mal, porque ela militava juntamente com a missionária.

Outra coisa, não dá para falar de conflitos de terra, e aí é que eu fico muito triste com o Parlamento, com o movimento social, com o Poder Público e principalmente com o Judiciário. Não dá para falarmos de conflitos de terra se não falarmos do papel do Judiciário. O papel que o Judiciário desempenha nos conflitos de terra é determinante para que aconteçam cada vez mais, seja no Sul do Pará, aqui no Acre, ou em outros locais, crimes como o do Chico Mendes e o da missionária Dorothy Stang, porque o Judiciário tomou o partido dos grandes. Existem apenas iniciativas isoladas de alguns Juízes e algumas Juízas que saem de suas salas com ar-condicionado e vão na área em conflito, verificar se aquela terra tem uma função social, pois a Constituição diz que toda terra tem que ter uma função social; porém a maioria dos Juízes e Juízas não vão. Os Desembargadores, desses nem se fala, porque eles acham que estão acima de Deus. Então eu gostaria que sempre discutíssemos essa questão dos conflitos de terra.

(Sem revisão do orador)

Está encerrada a discussão.

Em votação, foi aprovado por 13 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao Plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 3/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, “Solicitando que seja encaminhado expediente ao Governador do Estado do Acre, para junto ao Comando do Corpo de Bombeiros Militar e Defesa Civil Estadual prestar as seguintes informações: 1. Estado real da enchente dos Rios Acre, Purus, Juruá, Tarauacá, Envira e afluentes; 2. Qual o número de famílias desabrigadas; 3. Quais as medidas adotadas pela Defesa Civil Estadual”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 13 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 4/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, “Solicitando que seja endereçado ao Senhor Procurador Geral da República no sentido de encaminhar a este Poder, cópia do Relatório da Auditória realizada em novembro de 2004, na Secretaria de Saúde do Município de Capixaba”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 13 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 5/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, “Solicitando que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado do Acre, para junto ao Comando da Polícia Militar prestar as seguintes informações: 1. Número de Escolas, por municípios, atendidas com o Programa Proerd; 2. Número de pessoal da corporação envolvidos com o Programa; 3. Resultados obtidos e as perspectivas para o ano de 2005”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 6/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando à Mesa Diretora, que marque uma audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, para tratar da Proposta de Emenda Constitucional n. 54/99, que visa regularizar a situação dos onze mil servidores irregulares do Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 7/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando à Mesa Diretora, que convoque a Excelentíssima Senhora Secretaria de Estado de Administração, Flora Valadares e/ou Gerente responsável, a fim de prestar esclarecimentos, referente à aposentadoria dos servidores das Secretarias do Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 13 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 8/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, “Solicitando à Diretoria da Empresa de Telecomunicação TIM – TELECOM ITALIA MÓBILE, as seguintes informações sobre sua área de cobertura, no Estado do Acre: 1. Municípios já atendidos; 2. Projetos e planos de expansão para o ano de 2005; 3. Qualidade dos serviços prestados”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 13 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 9/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, “Solicitando à Diretoria da Empresa de Telecomunicação Vivo, as seguintes informações sobre sua área de cobertura, no Estado do Acre: 1. Municípios já atendidos; 2. Projetos e planos de expansão para o ano de 2005; 3. Qualidade dos serviços prestados”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 13 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 10/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, “Solicitando à Diretoria da Empresa de Telecomunicação Claro, as seguintes informações sobre sua área de cobertura, no Estado do Acre: 1. Municípios já atendidos; 2. Projetos e planos de expansão para o ano de 2005; 3. Qualidade dos serviços prestados”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 13 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 11/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, “Solicitando ao Senhor Governador do Estado, para junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais e Instituto do Meio Ambiente do Acre – IMAC, as seguintes informações: 1. Qual o destino do lixo doméstico e hospitalar dos municípios do Acre; 2. Se existe legislação estadual, que discipline o funcionamento dos “lixos”; 3. qual o impacto ambiental da utilização de “lixos” nos municípios acreanos; 4. Outras informações relacionadas ao tema”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 12/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando que seja dedicado o Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 24 de março de 2005, à Fundação do Partido Comunista do Brasil – PC do B”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 13/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando que seja destinado o Grande Expediente, do dia 9 de março de 2005, quarta-feira, para debater o Fuso Horário do Estado do Acre, com a presença do Professor Roberto Feres”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 14/2005, de autoria do Deputado Luiz Calixto, “Solicitando ao Senhor Governador do Estado, no prazo regimental, cópia autenticada do contrato nº 069/2004 (Carta Convite nº 728/2004), celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública e a Empresa Norsegel – Vigilância e Transporte de Valores Ltda”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 15/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando que este Poder formalize um pedido de investigação, no Ministério Público Estadual, sobre as declarações do Vereador Donald Fernandes, na TV Rio Branco, do dia 1º de março de 2005”.

Em discussão, não houve oradores.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, não seria melhor que o Deputado Moisés Diniz retirasse esse Requerimento? Claro que eu voto a favor, porém V. Exa. deveria, primeiramente, assistir à fita, pois pelo que eu sei o nobre Colega ainda não viu.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Na verdade houve encaminhamento diferente do meu. Se houver consenso dos vinte e quatro Deputados e da Mesa em encaminhar a proposta do Deputado Edvaldo Magalhães, eu retiro o meu Requerimento. A proposta do Deputado é convidar o Vereador a vir a esta Casa, porque nós não temos poder de polícia, a não ser que

nós instalássemos uma CPI. Nesse sentido, eu retiraria o Requerimento.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Pelo que estamos vendo, ninguém é contrário. Então, o Senhor retira o Requerimento e a Comissão de Constituição e Justiça vai convidar o Vereador para vir a esta Casa. Fica retirado o Requerimento n. 15/2005, de autoria do Ilustre Deputado Moisés Diniz.

Está encerrada a ordem do Dia.

Explicação Pessoal

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, é uma honra ter uma mulher na Presidência da Mesa. Antes de ontem uma coisa deve ter chocado não só a mim e a minha filha, que estava assistindo TV comigo, mas todo Brasil. Um Juiz matou a queima-roupa um segurança de um supermercado. Eu, sinceramente, pensei que estávamos assistindo um filme de terror; um homem embriagado chegou a um supermercado, o qual já estava fechado e mesmo assim ele queria entrar. O segurança chamou o gerente que tentou explicar que o estabelecimento já tinha fechado, foi quando esse Juiz apontou uma arma e atirou a queima-roupa no segurança. Meu Jesus Cristo! A Mariana ficou olhando para mim e disse: mãe, pelo amor de Deus, o que é isso? O que é mais incrível, Deputado Helder Paiva foi o desdobramento dessa história. O Juiz, ontem, se entregou, mas ele não entrou na delegacia algemado. E precisava ver a prepotência dele; ele deveria, pelo menos ter entrado de cabeça baixa.

Dá para você ver como o Judiciário, faz uma opção pelos seus filhos. Se fosse um pobre, ele estava, hoje, estampado nos jornais de cueca. Porém como era um Juiz, ele nem foi algemado. E o que foi pior: existe um flagrante, porque foi mostrado para todo o Brasil, mas será que ele ficou preso?

Eu fiz questão de colocar isso, porque esse Judiciário que existe no nosso Brasil, é nojento. Se tem um Poder que eu não tenho o mínimo de respeito é o Judiciário. É desprezível. É lógico que temos Juízes, Desembargadores, descendentes, corretos. Mas na sua quase totalidade, o Judiciário é desprezível, nojento, arcaico, conservador. Impressionante! Não vale nada. O Judiciário brasileiro se acomodou nas suas mordomias; o Judiciário optou pelos ricos; é um Judiciário que nos envergonha.

Um assassino frio como aquele homem tinha que entrar algemado, mas não entrou porque é Juiz; não entrou porque tem dinheiro, porque é um dos deles. Se fosse um pobrezinho, ele estaria lá de cueca, todo escuhambado. O homem sequer baixou a cabeça, e geralmente quando fazemos uma coisa feia desviamos o olhar.

Queria aqui deixar o meu repúdio de ter um Judiciário nojento como esse que nós temos no Brasil, desprezível, imundo que fez uma opção por aqueles que têm dinheiro, pela aristocracia.

Obrigada Senhora Presidenta e fico muito feliz que V. Exa. esteja dirigindo os trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

(Sem revisão do orador)

Deputada **DINHA CARVALHO** (PL) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Nalu Gouveia, o que me traz a esta tribuna, hoje, é para falar sobre a inauguração do programa “Luz para todos”.

A Deputada Nalu Gouveia usou a palavra aqui e eu quero dizer-lhe, Deputada que não fiquei magoada, pois entendi o seu pronunciamento. Sei que o que a Senhora estava colocando aqui, não se relacionava à minha pessoa. E eu quero dizer-lhe que se eu soubesse do seu esforço, eu tinha feito questão de pronunciar o seu nome, até pelo fato da Senhora ser mulher. Nós devemos respeitar as mulheres, porque nós sabemos o esforço de uma mulher para estar aqui hoje. Não desmerecendo os homens, mas as mulheres são umas guerreiras.

Eu fui representando à Mesa Diretora, pois os Deputados Sérgio Oliveira e Helder Paiva estavam viajando. Eu fiz questão de dizer no meu discurso que estava ali representando à Mesa Diretora e falando em nome dos Deputados, já que eu não era Deputada na época em que o convênio foi executado. Fiz questão de dizer que eu

não estava aqui na Assembléia Portanto, eu não tinha contribuído para que houvesse aquela inauguração. Por que eu fiz questão de dizer isso? Porque na verdade, apenas há dois meses é que eu estou sendo Deputada. Então eu não trabalhei nesse programa. E eu disse ainda, que os Deputados, juntamente com a Mesa Diretora, de maneira nenhuma, iriam se excusar de votar em projetos que trouxessem benefícios para a população como o programa Luz para todos. Independente de quem seja Governador, todos os Deputados sempre irão aprovar projetos que venham trazer benefícios para o povo do nosso Estado, porque nós estamos aqui, como seu representante.

Eu quero dizer aos nobres Deputados e à Mesa Diretora da Assembléia que, naquela inauguração, eu recebi também uma reivindicação. E como naquele momento eu estava representando à Mesa Diretora, foi a Assembléia Legislativa quem recebeu a reivindicação através da minha pessoa. Foi entregue ao Governador e repassado a mim, para que eu trouxesse para a Assembléia duas reivindicações. A primeira seria a implantação de uma sala de aula em nível de 2º Grau, pois nós temos 35 alunos naquele ramal que não estão estudando por falta de uma sala de aula de 2º Grau. Então, os presidentes de associações se reuniram e solicitaram aos Deputados que reivindicassem do Governo do Estado e do Secretário de Educação a implantação desta sala de aula de 2º grau para aqueles alunos. A segunda reivindicação é sobre o ramal.

As pessoas que compareceram àquela inauguração puderam observar as dificuldades que se tem para chegar àquele ramal, o qual está uma calamidade. Mesmo com carro traçado, quase não chegamos lá. Foi muito difícil chegarmos lá. Então estou entregando à Mesa Diretora, aos Deputados a reivindicação dos moradores daquele ramal. Eu vejo que não vamos ter dificuldade para aprovar este requerimento, porque todos aqui querem defender os moradores do ramal Santa Maria.

Eu coloquei no meu discurso e quero reafirmar nesta Casa de Leis que o meu mandato é para beneficiar o povo. Estou aqui como representante do Município de Senador Guiomard, que me deu 1.700 votos, e do povo do Estado do Acre. Então tudo que vier para esta Casa em benefício do povo eu vou votar a favor.

Muito obrigada.
(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, eu já antecipei ao Líder do Governo e obtive a sua simpatia para a matéria que irei propor nesta Assembléia Legislativa, que é a mudança do nosso Regimento Interno, tornando-o mais democrático. No Senado Federal, quando algum Deputado é citado no pronunciamento de um outro colega, o regime garante que ele tem direito de pedir um aparte com direito a falar três minutos. E aqui, às vezes, eu me encontro numa ansiedade, querendo me posicionar por ter sido citado pelo colega o qual não concede aparte, achando que isso interfere no raciocínio, e muitas vezes age propositalmente. Ainda há pouco, a Deputada Nalu Gouveia me citou, por varias, vezes no seu pronunciamento e eu pedi-lhe um aparte, mas ela propositalmente não concedeu, talvez por causa do tempo regimental. Mas minha querida Deputada Nalu Gouveia, eu não tenho por V. Exa. apenas respeito, tenho mais que isso, tenho admiração pela coragem, pela bravura, pela autonomia, e eu não gostaria, de forma alguma, de polemizar este assunto, pois não quero ser lembrado como um Deputado que entrou atravessado, como foi dito, ou como um Deputado que faltou com a verdade. Eu, sinceramente, me preocupo muito com a coerência do meu pronunciamento, pois não viria a esta tribuna fazer uma afirmação que não tivesse respaldo.

Sobre esta discussão da Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa ela faz parte da conjuntura política, não podemos impedir a realização dos debates. O Vereador Donald disse algumas coisas que muitas vezes dizemos de outras Câmaras ou do Senado. E talvez, ele tenha sido infeliz nas suas observações. Eu fiz, uma referência, citando como parâmetro a Deputada Nalu Gouveia que também já fez o mesmo aqui na Assembléia Legislativa. No entanto não quero me aprofundar nesse debate, mas o que foi dito pela Deputada Nalu Gouveia e pelo Deputado Ronald Polanco acerca deste assunto está publicado no Diário Oficial, do dia 10 de dezembro de 2004. Eu vou, minha querida Deputada, lhe conceder um aparte,

porém quero lhe dizer que o que eu falei está registrado nos Anais desta Casa.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT – EM APARTE) – Deputado Luiz Calixto, a recíproca é verdadeira com relação à admiração. Eu tenho um problema, eu não sou política, eu sou professora, então eu falo do coração. Ou eu gosto, ou não. Um exemplo, eu gosto do Petecão gratuitamente; também há pessoas aqui que eu não gosto. Eu não sei fazer média, eu sou assim, quem quiser gostar de mim que goste. Têm muitas pessoas que agem com falsidade. Eu tenho esse problema, não tenho medida. Diz o Jair, meu esposo, que eu sou uma pessoa bruta e que não fui lapidada, mas eu não ligo para essas coisas. O que eu digo é público. Agora a palavra propineiro o Senhor não vai encontrar registrado, porque eu não disse isso em meu pronunciamento, como também, não disse que o Senhor era mentiroso; disse que o Senhor entrou atravessado na discussão. Porque se há uma coisa que eu ainda confio neste Governo é que as suas transações são corretas. Eu tenho muita crítica sobre a administração do Jorge Viana, e principalmente, com relação a essa figura episcopal do Governador em que ele trata todos como súditos e ninguém pode questioná-lo, mas eu não acredito que o Governador seja ladrão. Inclusive, já coloquei a mão no fogo por muitas pessoas, e coloco por ele também. Deputado Luiz Calixto, o Senhor pode ler os discursos que eu fiz, porque foram publicados; eu disse coisas muito fortes que me doeram muito, sobre a votação para o orçamento de 2005, mas a palavra propineiro eu não falei em nenhum momento. Deputado Luiz Calixto, se é para travarmos uma discussão nesse nível, o Senhor sempre terá uma parceira. O que não gosto é de gente “babaca”, “besta”, “babacão”, mas neste clima eu gosto de discutir.

Gostaria de pedir desculpas à Deputada Dinha Carvalho por não ter lhe cedido um aparte, pois fiquei numa posição que não deu para vê-la, mas na próxima vez lhe concederei o aparte.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Obrigado, Deputada Naluh Gouveia, a Senhora é sempre muito delicada, mas se pesquisarmos no Diário não encontraremos a palavra propineiro, porque aqui Deputados e Deputadas votam, creio eu, de acordo com sua consciência. Só que no calor da discussão, foi dito, que Deputados da base do Governo estavam muito preocupados com as oportunidades e com a relação de troca; trocar é verbo transitivo direto, então quem troca, troca algo. Inclusive o Deputado Ronald Polanco, pessoa pela qual eu tenho maior apreço, disse que submeteu-se a uma investigação para provar que não teria recebido nenhum centavo. Então, eu gostaria de dar por encerrada essa discussão, porque não vai nos levar a lugar nenhum.

Eu assisti a entrevista do Vereador Donald e não tenho por ele nenhum grau de amizade, muito embora nós estejamos no mesmo lado do campo político. É por isso que eu sugeri a todos os Senhores que assistíssemos a fita aqui, para não fazermos uma avaliação precipitada, porque se existe uma afirmação do Deputado Moisés Diniz e outra do Vereador Donald, que nós confrontemos as informações, então poderemos fazer qualquer questionamento.

Quanto ao meu discurso anterior apenas fiz uma referência, um paralelo de que os Deputados da base do Governo foram chamados, digamos, de mercadores, não de propineiros.

(Sem revisão do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas Dinha Carvalho e Naluh Gouveia, hoje ouvimos vários pronunciamentos, inclusive um a respeito das mortes da missionária Dorothy Stang e do Chico Mendes. Enfim, a segurança foi o assunto de hoje, aqui na Assembléia Legislativa do Acre.

Nós que andamos na periferia e moramos também lá na Seis de Agosto, estamos vendo diariamente casos de violência. Recentemente a mídia divulgou o maior festival, Deputado Tarésio, com relação à Segurança, o Ministro da Justiça veio ao Acre duas vezes para entregar viaturas e disse que ia disponibilizar recursos para compra de uniformes para as Polícias Civil e Militar. Foi entregue também lá no Corpo de Bombeiros sessenta carros e não sei quantas motos.

O Governador fez um discurso e até chamou atenção do Presidente do Tribunal, quando este afirmou que antigamente se transportava os presos dentro do capô de um fusca, então o Governador achou que o Presidente estava mentindo, mas é verdade, porque eu fiz muito isso.

Hoje, apesar do aparato nossa Segurança está pior do que antigamente, pois não tem policiamento em canto nenhum e as viaturas estão nas ruas gastando gasolina.

Outra coisa importante, Senhores Deputados, é que o Governo do Estado, junto com o Presidente da República compraram para o nosso Estado, aquelas viaturas, “L 200”, a gasolina, sem ser traçadas. Sabe o que é que está acontecendo, Deputado Pe. Valmir, a viatura chega lá no Chico Mendes, onde termina o asfalto e não entra mais; se o cachorro fizer xixi, ela não passa, não tem como andar, e os policiais não vão a pé. Na Seis de Agosto, o Box da Polícia Militar está com mais de seis meses, Deputado Sérgio Oliveira, abandonado.

Agora mesmo na Seis de Agosto arrombaram uma loja e levaram tudo. Levaram um mil e duzentos reais de outro estabelecimento; roubaram um cidadão quase em frente ao comércio dele e levaram onze mil reais. Ele ligou para a polícia, porém a viatura estava quebrada. O nosso amigo Gildázio foi assaltado na frente do Banco e acabou perdendo dezesseis mil reais. Onde está essa segurança? Até uns seis meses atrás, ainda víamos aqui na frente, uma viatura da PM. Hoje, ninguém vê mais nada. Esse Secretário está fazendo é política. Em qualquer canto, em qualquer boteco, qualquer festinha ou jogo de futebol, tem alguém com a camiseta do Fernando Melo, até no congresso do PT tinha camisetas patrocinadas pelo Deputado Fernando Melo, eu vi na televisão, se eu estou mentindo pode me falar, Deputada Naluh.

Recentemente teve uma festa de formatura em Thaumaturgo que foi patrocinada pelo Secretário Fernando Melo. Será que nesse Estado ninguém está vendo isso? Será que esse Governo não está vendo isso? O Secretário de Segurança ao invés de trabalhar está fazendo política e a nossa Segurança está abandonada. Vamos fazer um Plano de Segurança para o nosso Estado. O Comandante não sabe nem o quê que está fazendo naquela cadeira, porque não sabe administrar, até porque ele não conhece a realidade do nosso Estado. As pessoas que estão vindo do interior, da zona rural a serviço não estão tendo segurança, sequer há programas de prevenção.

Cadê os programas? O policial da família é ótimo, mas se o policial souber para que serve o programa. Eles estão lá dentro, sem farda, sem condição nenhuma de trabalhar, sem arma, sem um cacete, sem cobertura, o que é que esses caras estão fazendo no meio da rua, Deputada Naluh?

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT – EM APARTE) – Deputado Nogueira Lima, concordo em parte com seu pronunciamento. Em algumas coisas a Segurança melhorou muito, principalmente na questão do assassinato de pessoas por policiais. O Senhor tem toda razão quanto à questão de arrombamento no Estado do Acre. Já virou até brincadeira e não é porque os policiais não estejam trabalhando não. Só em 2003 a cifra com roubo chega a mais de um milhão de reais. Quanto ao aumento dos casos de abuso sexual no Estado do Acre, amanhã, vamos propor que seja realizado um seminário, promovido pela Assembléia Legislativa para que seja tratado desse assunto. Trazendo inclusive, a Deputada Federal, Rosária, do Rio Grande do Sul, para falar aqui, da CPI feita a nível nacional. Esses dias eu estive no Pronto Socorro e fiquei com dó de ver um Senhor já de certa idade contar com os olhos lacrimejando, que os bandidos entraram em sua mercearia e levaram várias coisas.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PSC) – Deputada Naluh Gouveia, quando a Senhora fala daquele tempo turbulento que a polícia passou, não foi a Polícia Militar e sim algumas pessoas que usaram a corporação para fazer isso. Com relação àquela senhora que foi assaltada recentemente, eu nunca tinha visto um assalto daquele jeito, foi realizado por profissionais. O que foi feito com o carro dela, eu nunca tinha visto.

No nosso Estado só temos duas saídas: uma pela estrada e outra de avião. Temos certeza que se for feito um plano com pessoas realmente comprometidas, vamos combater 30% do que está acontecendo. Ontem, integrantes da Polícia Civil disseram que eles

não opinam em nada. E não opinam mesmo, porque é do jeito que o Governo da Floresta quer e acha que vai dar certo. Não é assim que se trata Segurança, colocando 1.000 viaturas na rua. Se não tiver as condições reais, não funcionará. Eu acho que está na hora do Governo repensar o problema da Segurança e exonerar esse Secretário.

(Sem revisão do orador)

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Deputado Nogueira Lima tem razão no seu discurso, e para vocês terem uma idéia, ontem o sindicato da Polícia Civil e o Líder do Governo marcaram uma reunião com o Governo e infelizmente não houve acordo, e eles estão de greve geral, e na quinta-feira é que vão fazer a contra-proposta. Mas para vocês terem uma idéia, a insegurança da população com a greve piora, Deputado Pe. Valmir. Por que imagina: com eles trabalhando já é o que, imaginem de greve.

Mas Senhores Deputados, eu fui segunda-feira no Município do Bujari para participar do início dos trabalhos legislativos daquele município, estava ouvindo lá o Comandante, Deputado Nogueira Lima, do Bujari, onde ele fez um relato do que tem no Bujari, para se ter uma idéia da PM. E eu conheço Bujari muito bem e ele dizia: Senhores e Deputado Tarcísio, aqui a gente tem uma delegacia, mas não tem delegado. Nós temos um box pequenino que foi o Prefeito Padeiro que fez e não é falta de pedido.

Agora o Prefeito é do mesmo partido do Governador, eles prometeram tudo à disposição. Que vão levar delegado. Que a polícia lá está, só que não é verdade. Tem um policiamento que já existia, mas que falta condições para trabalhar e ele dizia: "sem condições eu não posso trabalhar". E aí o Prefeito disse: deixe que esse relatório chegue na minha mão que eu vou conversar para ver se trago o Delegado para cá e, agora já estamos pedindo que ele faça pelo menos uma casa maior para alojar os policiais, Deputado Nogueira Lima. Tem um box que foi o Padeirinho que fez sem ajuda do Governo.

E eu dizia no meu pronunciamento lá no Bujari, que nós fizemos várias reuniões com o Governo do Estado, ele prometia o asfaltamento do Bujari até o ramal do V, para interligar os dois municípios o que torna bem mais perto do que por aqui e, ele dizia para os Prefeitos na época, o Prefeito Pedro Abílio e o Prefeito Padeiro para não mexer naquele ramal, que ele iria asfaltar. E lá no V, Deputado Nogueira Lima, ele ia fazer um ou dois quilômetros de cada saída de ramal que é na área urbana, infelizmente, não taparam nenhum buraco, Deputado Taumaturgo e estão intrafegáveis aqueles ramais.

Então, estou fazendo várias Indicações, para que se faça uma casa-de-farinha na associação do ramal Linha Nova, localizado no Município do Bujari, mas antes de construir essa casa-de-farinha queremos que seja feita a recuperação do ramal; porque do jeito que estão fazendo Deputada Naluh e Senhores Deputados, colocando a luz na casa do produtor, estão acabando com o ramal; isso é um absurdo Deputado Pe. Valmir, já me pronunciei aqui na semana passada.

Nós estivemos em Porto Acre, no Projeto Tocantins, acabaram, nem o trator traçado anda mais, para vocês terem uma idéia, lá têm milhares e milhares de famílias que não podem sair. Aconteceu um acidente lá, Deputado Pe. Valmir onde um cavalo derrubou uma Senhora, que lá se vem de cavalo e se for bom, se for um cavalo forte, porque lá está atolando cavalo, ele derrubou e saiu arrastando aquela Senhora, ela quebrou a perna, o braço e aí foi acionado o Corpo de Bombeiros, Deputado Nogueira Lima; o Corpo de Bombeiros andou dois quilômetros aí pegaram um trator da prefeitura, que o Incra também tem uma toyota, mas nem assim conseguiram; o trator traçado Deputado Pe. Valmir, não é tratorzinho simples não, quatro por quatro, não deu conta de subir a ladeira e essa mulher quase morre.

Nessa semana, para vocês terem uma idéia, as mulheres tiveram o azar; mais uma mulher acidentou-se, e veio de rede, Deputado Pe. Valmir; o ramal que estava intrafegável; mesmo no inverno estava indo toyota, carro tracionado, estava indo. Mas o que que eles estão fazendo? Eles estão pegando trator traçado, trator de esteira, empurrando aqueles caminhões, Deputado Sérgio Oliveira e acabando o ramal. Agora mesmo nós ouvimos aqui um relato, do Santa Maria,

que não está intrafegável. Então, o que tem que se fazer? Conversar para que essa luz no campo que tem que chegar, que é pedido nosso, que é uma maravilha, algo que se tem que colocar mesmo, para segurar o homem no campo, como dizia o Deputado Sérgio Oliveira, mas se colocar luz e tirar condições da pessoa vir à cidade, trazer sua produção, assim não dá. O que nós temos que fazer, é suspender, por enquanto, ou então, o Governo se comprometer, Deputado Pe. Valmir, de recuperar esses ramais, porque não existe condições de um Prefeito, de municípios como Bujari, Porto Acre, sem ajuda do Governo, fazer a recuperação, em todos os ramais, no Município de Porto Acre, são mais de mil quilômetros, deve ser uns 1500 km, de ramais, e não tem condições.

O que é que nós estamos pedindo? Nós conversamos com o assessor jurídico da Eletroacre, e ele dizia: Deputado Tarcísio, nós queremos, esse seu relato, para poder chegar até Brasília, porque eles fazem a licitação, e as empreiteiras daqui, têm que fazer nessa época, é mais um motivo, Deputado Nogueira Lima, eles não conhecem a realidade do Estado.

Como é que vai se puxar energia agora na época do inverno?

É naqueles mucks Deputada Naluh, que eles andam, para colocar postes. Aí coloca-se um trator traçado, de esteira empurrando, e quem fica isolado são os produtores; os caminhões e os tratores vão sair de lá, os produtores não conseguem. O cidadão que fez o trabalho vai ganhar o dinheiro dele e com razão, tem que ganhar mesmo.

Eu não posso admitir que acabem com os ramais, estão implantando luz no campo em todos os ramais nessa época, acabando-os, porque se a gente vai no carro simples não anda, no carro traçado até que entra em alguns deles.

Não tem um quilômetro de asfalto recuperado pelo Governo do Estado, nenhum Deputada Naluh! E nenhum quilômetro de empiçarramento. E todos os dias nós vamos vir à tribuna fazer, todos os dias reivindicações para recuperação de ramais.

Ontem eu falava com o Sérgio Nakamura, onde tem treze quilômetros de asfalto. Quando dizem que o número treze é de sorte, eu digo que é de azar. Entendeu?

Eu tenho um menino. É complicado. Principalmente agora que o Governo é do treze e devia pelo menos no dia treze fazer algo de interessante. Quando for dia treze de todos os meses mandar recuperar porque é o número do Governo. O 23 é um bom partido.

Quero falar da irmã Dorothy, a irmã que foi assassinada lá no Pará. É uma imoralidade, uma barbaridade. Nós nunca poderemos aceitar um negócio desses, Deputado Moisés Diniz. Concordo com V. Exa. o Ministro tem culpa, sim. Polícia tem culpa, o Governo do Estado, porque tem que dar segurança, Deputada Naluh. Tem que dar segurança para uma pessoa dessa que faz um trabalho belíssimo, e lá é diferente daqui, os grandes daqui não fazem o que eles fazem lá; lá é um grupo organizado que entra atropelando todo mundo que venha a fazer um trabalho social como essa freira estava fazendo lá. Se você voltar ao nosso Estado, o Incra daqui, quando as pessoas vão lá eles dizem que não têm nada com o tal projeto, que não vão fazer nada no projeto de assentamento, isso é responsabilidade do Incra, dar condições para aquelas pessoas sobreviverem ali dentro. Como é que querem que o homem do campo fique trabalhando lá, produzindo o que nós necessitamos, senão tem estrada? Senão tem programa de açudagem, Deputado Pe. Valmir? Eu fico até nervoso porque onde ando as pessoas reclamam. Na transacreana produzem e muito. Por exemplo, agora vá andar, Deputada Naluh. Agora disseram que vão fazer 10 km acabaram com o asfalto e não recuperam, aqui no 13 e no 14 só tem atoleiros para a senhora ter uma idéia.

O Deputado Sérgio Oliveira falou, quando brigou com o Governador Orleir Cameli, que a via Chico Mendes, antiga AC-40 parecia um tobogã. E continua hoje aquela pista. A Antônio da Rocha Viana, foi inaugurada há menos de 7 meses, eu passo todos os dias lá. E são muitos os buracos, nós fomos lá filmar e denunciamos, Deputada Naluh porque precisava. Denunciamos, eles foram taparam os buracos, aqui na Antônio da Rocha Viana, vá lá agora. Foi terminado e já estourou tudo. Lá naquele trecho, lá em cima, perto do posto de gasolina que vai para Porto Acre, já foi recuperado Deputada Naluh três vezes, três vezes e não tem sete meses que foi inaugurada a avenida. Isso é uma vergonha, eles fazem um trabalho na época da eleição, eleitoreiro, para inaugurar e a população se iludir,

e para a mídia, Deputados está colocados onze milhões em todo Estado, que é para dizer que estão trabalhando. E o asfalto com dois ou três meses está todo estourado. Aí nós temos que denunciar sim, porque isso é uma imoralidade. Esse dinheiro que está sendo jogado na vala é nosso.

Eu vou me voltar um pouco aqui para Casa, Deputada Nalu, vocês todos os dias vão me ouvir, no Pequeno, no Grande e na Explicação Pessoal falando disso, que isso é uma vergonha. Agora nós aqui na Casa, Deputado, nós temos Leis, Leis aprovadas, e vou citar uma que é uma Lei do Deputado Vagner Sales, sobre espaço para usarmos a Rádio Difusora Acreana, Deputada Nalu. Nós fazemos os nossos discursos aqui, ou bom, ou mal, que Deputado ache. Mas eu defendo uma classe. A Senhora defende outra, e vários outros Deputados defendem o que acha que têm que defender. E aqui nós temos uma Rádio que faz cobertura em todo o Estado e temos uma Lei que é para nós irmos lá, e não é para falar mal do Governo não, e se precisar falar, o que ele não está fazendo, e o que está fazendo, ele tem a grande maioria da Casa para fazer a sua defesa e tem a minoria para fazer Oposição. Mas nós temos um espaço e aqui cobro ao Presidente da Casa que essa lei seja colocada em prática. Esta lei nós temos que ir lá, falar dez ou cinco minutos, mas é uma lei que foi aprovada por esta Casa. Porque senão daqui uns dias nós vamos fazer igual ao Sérgio Taboada, chegar aqui na Casa e rasgar todas as leis que foram aprovadas na Casa porque não estão sendo colocadas em prática. Muito obrigado, Deputados.

(Com revisão do orador)

Deputada NALUH GOUVEIA (PT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, eu não acho certo deixar registrado nos Anais da Assembléia a palavra propina. Propina quer dizer dinheiro e eu, em momento algum, falei que Deputado recebeu alguma coisa.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Deputado Sérgio Oliveira, já que a Deputada Naluh Gouveia faz tanta questão, eu peço à Mesa que determine a retirada da palavra propineiro do meu discurso e coloque, receber vantagens do Governo do Estado do Acre.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – A Mesa pede a taquigrafia, atendendo ao pedido do Nobre Deputado Luiz Calixto, que retire a palavra propineiro. E conste a frase receber vantagens do Governo do Estado do Acre.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

Diversos



**ESTADO DO ACRE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n. 02/2005

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Acre

Contratado: Comercial Amazônia Ocidental Importadora e Exportadora Ltda.

Objeto: Adquirir móveis para decorar o Salão Nobre da Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade

Valor: R\$ 14.310,00 (quatorze mil trezentos e dez reais)

Data da Assinatura: 23.02.2005

Signatários: Pela Assembleia Legislativa: Mesa Diretora, composta pelo Dep. SÉRGIO OLIVEIRA - Presidente; Dep. RONALD POLANCO, 1º Secretário e Dep. MOISÉS DINIZ, 2º Secretário. Pela empresa Comercial Amazônia Ocidental Importadora e Exportadora Ltda, Sr^a. Roseliza de Oliveira Peres .

Ata da 5ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa
da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 01 de março de 2005.

Presidência: Deputado **Helder Paim**

Secretaria: Deputado Francisco Viga

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Francisco Viga**, Secretário em exercício, presentes

os Deputados **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueiredo**, **Ronald Polanco** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, **Elson Santiago** e **Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Delorgem Campos** e **José Luís**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Dinha Carvalho** e **Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; ausentes os Deputados **Sérgio Oliveira**, **Antonia Sales**, **Roberto Filho**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi a mesma aprovada sem restrições. **O Expediente do Dia** constou de: **GABJU/OF N° 116/2005**, da Juíza de Direito Substituta, **Lilian Deise Braga Paiva**, solicitando deste Poder descontar na folha de pagamento do senhor Raimundo Herlindo Gomes de Araújo 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração e gratificação natalina, deduzidos os encargos obrigatórios (Previdência e Auxílio Alimentação), mediante depósito na conta bancária nº 14.722-2, agência 2359-0, Banco do Brasil S/A, a favor de Raissa Ferreira Magalhães de Araújo; **OF.GAPRE. N° 199/2005**, do Desembargador Samuel Evangelista, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, acusando o recebimento do Ofício Circular nº 01/GABP, ao tempo em que parabeniza o Deputado Sérgio Oliveira, pela recondução ao Cargo de Presidente deste Poder, fazendo votos de pleno êxito na nova gestão, extensivo aos demais empossados; **Projeto de Lei N. 2/2005**, de autoria da Mesa Directora, o qual “Altera e acresce dispositivos da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004”; **Indicação N. 6/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Governador do Estado do Acre, através da Secretaria de Finanças e Gestão Pública, a possibilidade de instalar um escritório de representação no município de Capixaba; **Indicação N. 7/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Governador do Estado do Acre, que determine ao órgão competente, a construção de um centro de apoio e convivência para o idoso, no município de Capixaba; **Mensagem N. 673/2005**, acompanhada de justificativa, do Governador do Estado do Acre, o qual “Institui a nova estrutura de vencimentos dos profissionais do ensino público estadual e altera dispositivos da Lei Complementar nº 67 de 29 de junho de 1999”. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Naluh Gouveia**, do PT; **Moisés Diniz**, do BPM; **José Bestene**, Líder do PP; **José Vieira**, Líder do PFL; **Taumaturgo Lima**, do PT; **Nogueira Lima**, Líder do PSC, em **Questão de Ordem**, o Deputado **Edvaldo Magalhães**, Líder do Governo, solicitou a suspensão da Sessão, para que pudessem tramitar o Projeto de Lei, que reajusta o salário dos Trabalhadores em Educação, no âmbito das Comissões. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, acatou a Questão de Ordem do Líder do Governo, e suspendeu a Sessão por tempo indeterminado e aproveitou a oportunidade para convocar os Deputados a se dirigirem a sala das comissões. **Pausa**. Reaberta a Sessão e dado o adiantado da hora foi considerado prejudicado o **Grande Expediente, a Ordem do Dia e a Explicação Pessoal**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão, precisamente, às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, convocando uma Extraordinária para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Monica Apacible Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Deputado Edvaldo Magalhães (BPM) (PSDB)
Vice-Presidente: Deputado Luiz Gonzaga

TITULARES:
 Deputados: Thaumaturgo Lima (PT) Nilson Areal (BLT) José Luís (BSC)

SUPLENTES:
 Deputados: Naluh Gouveia (PT) Elson Santiago (BPM) Hélio Lopes (BLT) Francisco Viga (BSC) Helder Paiva (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Deputado Helder Paiva (PSDB)
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga (BSC)

TITULARES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Nilson Areal (BLT)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Elson Santiago (BPM) Hélio Lopes (BLT) Delorgem Campos (BSC) Luiz Gonzaga (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Deputado Nilson Areal (BLT)
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga (BSC)

TITULARES:
 Deputados: Naluh Gouveia (PT) Elson Santiago (BPM) Helder Paiva (PSDB)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Roberto Filho (BLT) José Luis (BSC) Luiz Gonzaga (PSDB)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)
Vice-Presidente: Deputado Nogueira Lima (PSC)

TITULARES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Hélio Lopes (BLT) José Vieira (PFL)

SUPLENTES:
 Deputados: Thaumaturgo Lima (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Luiz Calixto (PDT) Roberto Filho (BLT) Tarcisio Medeiros (PPS)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Deputado Delorgem Campos (BSC)
Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)

TITULARES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Tarcisio Medeiros (PPS) José Vieira (PFL)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) José Luis (BSC) José Bestene (PP) Nogueira Lima (PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30hs
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Chagas Romão (PMDB)

TITULARES:
 Deputados: Edvaldo Magalhães (BPM)

Roberto Filho (BLT)
Tarcisio Medeiros (PPS)

SUPLENTES:
 Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Elson Santiago (BPM) Antônia Sales (PMDB) Roberto Filho (BLT) Luiz Calixto (PDT)

Dia de Reuniões ordinárias: terça-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Luiz Calixto (PDT)

TITULARES:
 Deputados: Edvaldo Magalhães (BPM) Chagas Romão (PMDB) José Bestene (PP)

SUPLENTES:
 Deputados: Valmir Figueiredo (PT) Elson Santiago (BPM) Antônia Sales (PMDB) Tarcisio Medeiros (PPS) Nogueira Lima (PSC)

Dia de Reuniões ordinárias: quarta-feira 9:30 hs.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Deputado Nogueira Lima (PSC)
Vice-Presidente: Deputado Elson Santiago (BPM)

TITULARES:
 Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Chagas Romão (PMDB) José Bestene (PP)

SUPLENTES:
 Deputados: Naluh Gouveia (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Antônia Sales (PMDB) José Vieira (PFL) Tarcisio Medeiros (PPS)

Dia de Reuniões ordinárias:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Deputado Valmir Figueiredo (PT)
Vice-Presidente: Deputado José Luis (BSC)

TITULARES:
 Deputados: Luiz Gonzaga (PSDB) Chagas Romão (PMDB) Elson Santiago (BPM)

SUPLENTES:
 Deputados: Juarez Leitão (PT) Edvaldo Magalhães (BPM) Antônia Sales (PMDB) Helder Paiva (PSDB) Delorgem Campos (BSC)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputada Naluh Gouveia (PT)
Vice-Presidente: Deputado Hélio Lopes (BLT)

TITULARES:
 Deputados: Luiz Calixto (PDT) Delorgem Campos (BSC) Juarez Leitão (PT)

Suplentes:
 Deputados: Taumaturgo Lima (PT) Valmir Figueiredo (PT) Nogueira Lima (PSC) Francisco Viga (BSC) Nilson Areal (BLT)

DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Secretaria Executiva

Editado pela:

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Diretor Responsável:

CARLOS AUGUSTO COÉLHO DE FARIAS

Inscrição DRT/AC/Nº03/97

Redator-Chefe:

C.A.C. DE FARIAS

Apóio:

Coordenadoria de Comunicação Social

Composto e impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335